

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.591 - RO (2020/0020758-7)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CRIMINAL DE JI-PARANÁ**
 - RO
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 6A VARA CRIMINAL DE JOÃO**
 PESSOA - PB
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**
INTERES. : **EM APURAÇÃO**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência estabelecido entre o JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE JI-PARANÁ – RO e o JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL DE JOÃO PESSOA – PB.

Consta dos autos ter sido instaurado inquérito para a apuração do delito de estelionato consubstanciado na compensação de folhas de cheque clonadas.

O Juízo suscitado declarou-se incompetente para processar e julgar a demanda por concluir que o crime de estelionato ocorreu no lugar onde se havia dado o efetivo prejuízo à vítima (Ji-Paraná/RO).

O Juízo suscitante, por sua vez, declarou-se igualmente incompetente e suscitou o presente conflito de competência por entender que a consumação do crime de estelionato ocorreu no local da conta bancária do beneficiário do valor indevidamente recebido (João Pessoa/PB).

O Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo suscitado, onde está localizada a agência bancária da vítima (e-STJ fls. 72/76).

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Cuida-se de incidente instaurado entre juízes vinculados a Tribunais diversos, razão pela qual, nos termos do art. 105, I, *d*, da Constituição Federal, conheço do conflito.

Como antes relatado, cinge-se a questão em definir o local de

consumação do crime de estelionato, praticado mediante cheque clonado.

Conforme orientação jurisprudencial desta Corte, o crime de estelionato praticado mediante fraude se consuma no local do efetivo prejuízo da vítima, ou seja, onde o dinheiro saiu da esfera de disponibilidade dela. Dessa forma, no caso de compensação de cheque clonado, competente o Juízo do local da agência bancária onde a vítima mantém sua conta, no caso, o da cidade de João Pessoa/PB.

A propósito, citam-se os seguintes precedentes:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIME DE ESTELIONATO. ADULTERAÇÃO DE CHEQUE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DO LOCAL EM QUE SITUADA A AGÊNCIA BANCÁRIA DA VÍTIMA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que a competência territorial para a persecução penal relativa ao estelionato mediante clonagem e alteração do numerário de cheque é fixada pelo local onde se encontra o banco sacado, porquanto lá se consuma o delito, com o efetivo prejuízo à vítima (CC 143.621/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25/05/2016, DJe 07/06/2016).

2. Nessa linha de raciocínio, o delito de estelionato é consumado no local em que se verifica o prejuízo à vítima. (...) Ainda que o delito de estelionato seja praticado mediante adulteração de cheque, a competência para o processo e julgamento dos fatos deve ser declarada em favor do juízo do local em que a vítima mantém a conta bancária (AgRg no CC 146.524/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Terceira Seção, julgado em 22/03/2017, DJe 30/03/2017).

3. No mesmo diapasão: CC 147.811/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Terceira Seção, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016; CC 142.934/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Terceira Seção, julgado em 14/10/2015, DJe 30/11/2015; CC 136.853/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHÃO (Desembargador Convocado do TJ/SP), Terceira Seção, julgado em 10/12/2014, DJe 19/12/2014; CC 126.781/CE, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (Desembargadora Convocada do TJ/PE), Terceira Seção, julgado em 10/04/2013, DJe 17/04/2013.

4. Conflito negativo conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito do Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária de São Paulo - SP, o suscitado.

(CC 154.574/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 11/10/2017, DJe 20/10/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ESTELIONATO. ADULTERAÇÃO DE CHEQUE. CONSUMAÇÃO.

LOCAL EM QUE SE VERIFICA O PREJUÍZO À VÍTIMA.

INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. Conforme entendimento consolidado no âmbito da Terceira Seção, o delito de estelionato é consumado no local em que se verifica o prejuízo à vítima. Precedentes.

2. Ainda que o delito de estelionato seja praticado mediante adulteração de cheque, a competência para o processo e julgamento dos fatos deve ser declarada em favor do juízo do local em que a vítima mantém a conta bancária. Precedente.

3. Agravo regimental desprovido, confirmando-se a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Criminal de Mafra/SC.

(AgRg no CC 146.524/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 22/03/2017, DJe 30/03/2017)

Ante o exposto, **conheço do conflito para declarar competente o Juízo suscitado.**

Publique-se. Comunique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator